

Cardoso faz balanço positivo e anuncia prioridades

Primeiras metas para novo mandato de FHC são dobrar exportações, consolidar telecomunicações e investir na área da saúde

Ruy Fabiano
de Brasília

O governo começou a divulgar ontem os "Cadernos de Base" a títulos de prestação de contas da administração de Fernando Henrique Cardoso. Não por acaso, o material foi distribuído no comitê de campanha do presidente, e faz um relato positivo de seu desempenho. Sem tocar nas promessas de campanha — que serão tratadas só no programa de governo ainda em elaboração —, os textos tentam provar que Fernando Henrique cumpriu todos os compromissos assumidos em 1994.

A única previsão incluída é a de dobrar as exportações até 2002 — dos atuais R\$ 53 bilhões para R\$ 100 bilhões —, como já havia sido anunciado em diversas oportunidades. Segundo o coordenador do programa de governo, professor Carlos Américo Pacheco, foram cumpridas plenamente as metas estabelecidas no "Mãos à Obra" (o ideário da campanha eleitoral de 1994). Em alguns setores — e destacou a saúde —, as metas teriam sido até superadas. "Tudo o

que o governo prometeu foi cumprido", enfatizou Pacheco.

O professor confirmou para 20 de agosto a divulgação do plano, cuja redação começa agora, a partir da distribuição dos cadernos aos comitês estaduais, que irão discuti-los. "Esses cadernos são na verdade um documento interno, para gerar uma discussão no âmbito da coligação".

Os seis cadernos ontem distribuídos — os 19 restantes o serão até o final da semana — abordam, além de saúde, política industrial, comunicações, esportes, meio ambiente e defesa nacional. Carlos Américo Pacheco falou a respeito de todos, mas deteve-se em especial na área de saúde, onde desta-

cou a reestruturação do setor, considerando-o prioridade no âmbito das políticas sociais do governo. Com o lançamento, o comitê conseguiu a atenção da mídia para apresentar seus resultados.

Pacheco citou números que, a seu ver, traduzem avanços significativos: aumento do gasto per capita para R\$ 120 (a meta do "Mãos à Obra" era de R\$ 80); aumento de 54% en-

tre 1996 e 1998, nos gastos com os programas de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família, voltados para assistência básica e atendimento ambulatorial; gasto global projetado para quatro anos de R\$ 19,5 bilhões (se aprovada emenda constitucional, em tramitação no Congresso, que vincula as receitas estaduais, municipais e federal em saúde, essa estimativa dobra).

Como saúde é uma das áreas eleitas pela coligação opositora que apóia a candidatura de Lula como

"Tudo o que o governo prometeu foi cumprido", enfatizou Pacheco, coordenador do programa para um eventual mandato

governo empenha-se em demonstrar que, muito ao contrário, está promovendo uma revolução no setor, modernizando-o e tornando-o mais eficaz. Daí Pacheco ter consumido mais de dois terços da entrevista de uma hora tratando do tema saúde.

A outra área a merecer mais atenção foi a de comunicações. Os cadernos destacam a melhoria e expansão da telefonia (fixa e celular), bem como os investimentos feitos

de 1995 a 1997 junto ao Sistema Telebrás: R\$ 18 bilhões, aos quais se somam R\$ 5,75 bilhões dos primeiros cinco meses deste ano.

A privatização do Sistema Telebrás é apresentada como "parte do projeto de reforma estrutural do setor de telecomunicações", cujos objetivos relacionados são: fortalecer o papel regulador do Estado; aumentar a oferta de serviços; criar oportunidades atraentes de investimento e de desenvolvimento tecnológico e industrial, em ambiente competi-

vo; assegurar que o desenvolvimento do setor esteja em harmonia com as metas de desenvolvimento social do país; maximizar o valor de venda das empresas de telecomunicações.

O caderno de política industrial diz que a política de promoção do setor continuará condicionada por três elementos-chaves. O primeiro é a intensificação da globalização econômica, que exige ganhos de produtividade crescentes, a fim de fazer face ao aumento da competição no mercado doméstico e no mercado externo.

O aprofundamento e expansão de



Fernando Henrique Cardoso

acordos regionais, sobretudo do Mercosul, que implicam liberalização do comércio com determinados parceiros comerciais vem em segundo lugar. Por último, regras internacionais mais rígidas e abrangentes, que hoje regulam práticas comerciais e políticas públicas relacionadas com o comércio de bens, de serviços, com as medidas de incentivo à produção e ao investimento, e com os direitos de propriedade intelectual, fecham o documento.

Destaca-se também o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fundamental, segundo Pacheco, para a reestruturação industrial dos se-

tores mais fortemente afetados pela abertura comercial. Outro ponto realçado é o da consolidação do processo de integração regional, com ênfase à união aduaneira que passou a vigorar a partir de janeiro de 1995 no contexto do Mercosul.

O caderno de meio ambiente diz que o setor é "exemplo das vitórias deste governo no esforço de integrar políticas e ações". E relaciona a descentralização das políticas ambientais, por meio de investimentos em ações municipais, que somaram US\$ 60 milhões, aos quais se somam US\$ 80 milhões do Projeto Política de Recursos Naturais (parte do Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais - PPG-7), empreendido em parceria com organizações não-governamentais. Os cadernos de esportes e defesa nacional mereceram comentários mínimos. No esporte, destacou-se a Lei Pelé; na defesa nacional, o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

À noite, Fernando Henrique fez a sua primeira visita ao comitê de campanha. O presidente defendeu a estabilidade, aliada a uma política de desenvolvimento. "O desenvolvimento sustentando não se realiza sem a estabilidade", afirmou.

Colaborou Luís Eduardo Leal,
do InvestNews